



**Relato da reunião ordinária do CD EPSJV
27 de agosto de 2020**

PAUTA

Projeto “Diagnóstico das condições de vida e saúde ambiental em regiões atingidas por barragens no estado do Rio Grande do Sul”

O coordenador do Lavsa apresentou o projeto, que será desenvolvido com recursos de uma emenda parlamentar, em quatro municípios do Rio Grande do Sul (Aratiba, Mariano Moro, Alecrim e Porto Lucena), em parceria com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O objetivo do projeto é fortalecer as ações para intervenção na área de saúde ambiental para populações atingidas por barragens, visando propostas de políticas públicas.

O projeto, que tem a duração de dois anos, prevê a análise das condições de vida dessas populações para a elaboração de um diagnóstico e a formulação de uma proposta de formação docente voltada para as questões que afetam os atingidos por barragens no Rio Grande do Sul.

O CD EPSJV aprovou o projeto.

Retificação do Plano de Curso Educação Popular e Plantas Medicinais na Atenção Básica à Saúde

Grasiele Nespoli (Laborat), coordenadora do Curso de Educação Popular e Plantas Medicinais na Atenção Básica à Saúde, apresentou a proposta de retificação do plano de curso, devido à pandemia. A proposta já foi apreciada na CT de Ensino da EPSJV.

O curso é financiado com recursos de uma emenda parlamentar e voltado para trabalhadores de três municípios do estado do Rio de Janeiro (Nova Friburgo, Guapimirim e Teresópolis). Com a pandemia, a nova proposta é reduzir o tempo de curso presencial, e incrementar a produção do material educativo, que atualmente está em avaliação no CPE da Escola, além de produzir um jogo educativo. Também foram feitas mudanças em outras atividades e na contratação de bolsistas. O curso deve ser iniciado no primeiro semestre de 2021, com a duração de quatro meses.

A Direção agradeceu a disponibilidade dos laboratórios de trabalharem em parceria com os movimentos sociais e a flexibilidade de adaptar os projetos ao contexto da pandemia. Também destacou que os recursos das emendas parlamentares têm sido fundamentais para o desenvolvimento de projetos considerados importantes para a Escola. A Direção informou ainda que será feita uma discussão no CD Fiocruz sobre a questão das emendas parlamentares para que a entrada desses recursos na Fundação seja mais articulada.

O CD EPSJV aprovou a retificação do plano de curso.

Projeto Doulas

A coordenadora do Lires e do Projeto Doulas fez um breve histórico das atividades realizadas com os recursos das duas emendas parlamentares anteriores, incluindo as da segunda fase do projeto, que ainda estão em andamento e foram modificadas por causa da pandemia e a necessária suspensão das atividades presenciais.

Em seguida, apresentou os objetivos da terceira fase do projeto, financiados com recursos de uma nova emenda parlamentar. A nova fase prevê a realização de uma turma de Qualificação Profissional, uma turma de Atualização Profissional (com abrangência nacional), além de um encontro para troca de experiências entre doulas que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). Dependendo do contexto sanitário, as atividades poderão ser realizadas de forma remota, presencial ou semipresencial. A previsão é que o início das atividades aconteça a partir de novembro ou dezembro de 2020.

Morgana Eneile, da Associação de Doulas do Rio de Janeiro, destacou que o curso de doulas é uma peça de resistência muito interessante e que naquela data, 27 de agosto, seria lançada a Pesquisa Nacional de Doulas, que faz parte da segunda fase do Projeto Doulas. Destacou também que estão sendo realizadas atividades sobre doulas no canal de Youtube da escola, ampliando-se os parceiros e demonstrando a EPSJV como espaço de excelência.

O CD EPSJV aprovou o projeto.

Movimentação de trabalhador

A Direção informou que foi procurada pela coordenadora do Lires para apresentar a solicitação de transferência do servidor Márcio Sacramento para o ICICT. A Direção foi também procurada pela Direção do ICICT e buscou verificar se havia a possibilidade de uma permuta entre servidores das duas unidades.

A Direção da EPSJV explicou que tem feito um trabalho em relação à cessão de trabalhadores, devido ao atual contexto de aposentadorias e falta de perspectiva de um concurso público, além das questões orçamentárias que dificultam a contratação de novos profissionais. Nesse processo, tem sido feitas duas ações principais, tentar permuta com outra unidade da Fiocruz e conversar com o trabalhador que solicita a saída da EPSJV para tentar identificar outra maneira do trabalhador se inserir na Escola.

A Direção relatou que, nos últimos anos, não permitiu a saída de alguns trabalhadores, de setores transversais da Escola, devido às dificuldades de recompor a força de trabalho. Ela destacou que estava fazendo o relato porque, nesses casos em que se conseguiu reverter a saída do trabalhador, o CD EPSJV nem chegou a ter conhecimento da situação. A Direção ressaltou que não quer fomentar desigualdades nos critérios de liberação de trabalhadores, mas que é preciso deixar claro que a saída de um trabalhador, por um lado, tem a questão individual dele, mas, por outro, sobrecarrega o grupo de trabalho que passa a ter um profissional a menos. Por isso, é importante que essa questão seja discutida no CD EPSJV.

A coordenadora do Lires explicou que Márcio Sacramento procurou a coordenação do laboratório informando que foi convidado para integrar a equipe do Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (LICTS) do ICICT, com o qual ele já trabalha em parceria há dois anos. Ela relatou que, nos últimos cinco anos, o laboratório perdeu dois trabalhadores, mas recebeu outros dois, ficando com o mesmo número de profissionais. A coordenadora disse que a saída de Márcio foi discutida no colegiado do Lires e o consenso geral foi que novos rumos profissionais

são importantes para o trabalhador, mesmo implicando na perda de força de trabalho do laboratório, e que, por isso, o colegiado aprovou a saída de Márcio, levando em consideração que outros profissionais do laboratório também trabalham com a temática de Márcio e podem substituí-lo nos cursos do Lires e também que a ida de Márcio para o LICTS pode gerar novas parcerias de trabalho entre as unidades.

Em relação às outras atividades que Márcio desempenha na Escola – coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), docente do Programa de Pós-graduação e representante da EPSJV no Comitê de Abrasco – Márcio se disponibilizou a permanecer nessas funções.

A coordenadora do Lires ressaltou ainda que é preciso pensar no processo de movimentação de trabalhadores dentro de uma discussão mais ampla de gestão do trabalho na EPSJV.

A coordenadora do Lic-Provoc ressaltou a importância de a Direção tentar mediar a perda de trabalhadores da Escola e que é preciso pensar no impacto das movimentações de trabalhadores no contexto atual do serviço público. Também destacou que essa discussão deve ser mais ampla, pensando em uma política institucional.

O coordenador do Labform informou que o assunto não havia sido discutido no colegiado do laboratório, mas que iria expressar sua posição pessoal sobre o tema. Ele ressaltou que essa questão já acompanha a Escola há alguns anos, por isso, a necessidade de haver uma política institucional para a movimentação de trabalhadores. Ele solicitou que a Direção deixasse mais clara sua posição sobre a movimentação de Márcio Sacramento e fez uma proposta alternativa de movimentação, sugerindo que, inicialmente, a carga horária de Márcio seja dividida entre a EPSJV e o ICICT, mas que sua lotação continuasse a ser na Escola Politécnica, pelo tempo que ele ainda permanecesse realizando as atividades na EPSJV (no CEP e na pós-graduação). Depois desse período, seria feita uma nova avaliação do pedido de cessão de servidor.

A coordenadora do Lateps disse que esse tema é delicado e que, há algum tempo, a postura do Lateps é regida pelos princípios de reconhecimento e respeito às necessidades do trabalhador. Ela destacou que, no caso de Márcio, era importante destacar que o pedido de movimentação era decorrente da construção profissional dele e não por causa de rompimentos e tensões no ambiente de trabalho. Nesse sentido, a posição do Lateps é de acatar o pedido de movimentação do trabalhador.

Por outro lado, ela lembrou que os argumentos já apresentados de perda de força de trabalho e questões orçamentárias também devem ser levados em consideração, mas que as discussões sobre a política de movimentação de trabalhadores sempre devem ponderar entre a política institucional e o direito individual do trabalhador.

A coordenadora do Lateps disse ainda que a questão da movimentação de trabalhadores deve ser considerada na discussão da CISTT, porque também envolve aspectos da saúde do trabalhador.

O vice-diretor de Gestão também disse que o tema é delicado e que afeta o trabalhador, seu grupo de trabalho e a Direção da Escola. Ele relatou que teve desgastes internos na VDGDI nos últimos meses, por ter rejeitado a saída de três trabalhadores da Escola, sem que houvesse permuta entre as unidades. Ele ressaltou que isso é complicado, pois acaba gerando “dois pesos e duas medidas” e que, muitas vezes, a Escola cede o trabalhador, que se compromete a continuar com algumas atividades na EPSJV, mas que depois essa continuidade não se

concretiza. Ele lembrou ainda que, pelas regras da Cogepe, deve ser feita a permuta, mas que, na prática, a permuta não tem acontecido. O vice-diretor disse que entende a vontade do trabalhador, mas que a Direção fica em uma situação difícil perante os trabalhadores de outras áreas, que não são laboratórios. Ele ressaltou que a Escola deve discutir essa questão de maneira mais ampla para ter mais certeza de como agir daqui em diante.

A coordenadora do Laborat disse que o laboratório tem se posicionado favorável à saída de trabalhadores, inclusive do próprio Laborat, que cedeu dois profissionais sem permuta, mas lembrou que é preciso pensar na peculiaridade de cada caso. Ela destacou que quando o trabalhador permanece na Escola, mas está sofrendo laboral, acaba sobrecarregando seu grupo de trabalho, por isso, a posição favorável do Laborat quando há um pedido de saída por parte do trabalhador.

A coordenadora do Laborat disse que também é a favor da discussão de uma política de movimentação de trabalhadores, mas que esse debate precisa ser feito descolado de um caso específico.

A coordenadora do Latec disse que entende as questões levantadas pela VDGD, mas que a política de permutas pode não se aplicar a todas as situações, como é o caso do Latec, devido às especificidades dos profissionais do laboratório, que já recebeu diversos trabalhadores de outras unidades sem ter feito permuta. Ela destacou que se a permuta se tornar obrigatória, pode dificultar a vinda de alguns perfis profissionais para a EPSJV, pois a unidade não teria como oferecer outro profissional em troca. Ela ressaltou que a restrição pode contribuir para dificultar a saída, mas também pode impedir a entrada de alguns profissionais na Escola.

A coordenadora do Labgestão disse que o laboratório considera necessária a discussão de uma política de movimentação de pessoal. Ela lembrou que existem desigualdades em relação à essa questão, de acordo com o tipo de vínculo do trabalhador, e que a criação de normas pode contribuir para reduzir essas desigualdades. Disse ainda que o momento atual é de cortes orçamentários, sem a possibilidade de repor força de trabalho, e que a permuta seria uma alternativa para contornar essa questão. Apresentou sua concordância com a proposta do coordenador do Labform de fazer uma cessão parcial do trabalhador, dividindo a carga horária com o ICICT.

O vice-diretor de Ensino disse que é preciso ter cuidado para não criar desigualdades na movimentação de trabalhadores, de acordo com vínculo ou setor em que trabalha. Disse ainda que também apoiava a proposta do coordenador do Labform.

A coordenadora do Lires disse que as propostas já apresentadas pelos outros conselheiros poderiam fazer parte de uma futura política de movimentação de pessoal da Escola, mas que não deveriam ser aplicadas na movimentação em questão, visto que são regras que não foram pactuadas anteriormente. Ela sugeriu que a discussão da política de movimentação seja feita descolada de um caso específico de pedido de cessão, para não personalizar a discussão. Além disso, disse que a cessão parcial criaria uma questão burocrática em relação à lotação do servidor, que continuaria na EPSJV, mas não estaria mais lotado no Lires.

A Direção ressaltou que a movimentação de trabalhadores é uma questão complexa e que precisa ser amadurecida e discutida na Escola, levando em consideração as questões internas e também a legislação sobre o assunto. Ela reafirmou que, sempre que há um pedido de cessão por parte de um trabalhador da Escola, a Direção busca uma permuta com a unidade para a qual será feita a cessão. A

Direção relatou ainda que tem feito essa discussão com a Cogepe e solicitado que esse tema seja discutido mais amplamente na Fiocruz.

A Direção sugeriu que fossem votadas as propostas de cessão apresentadas, mas a coordenadora do Lires disse que não poderia considerar a proposta de compartilhamento da carga horária sem antes discutir o assunto com o servidor e todo o laboratório, pois essa alternativa de movimentação não existia quando foi feita a solicitação de cessão por parte do servidor.

O coordenador do Labform disse que a proposta apresentada por ele tinha o objetivo de tentar garantir a demanda do trabalhador, mas também considerar a avaliação institucional que não é o melhor momento para perda de força de trabalho. Com isso, durante o período de compartilhamento de carga horária, poderia ser discutida a questão da movimentação na Escola, analisando a conjuntura futura.

A coordenadora do Lateps disse que também achava que o trabalhador e o Lires deveriam ser consultados sobre a possibilidade de divisão da carga horária. Disse ainda que, politicamente, achava mais adequado ter um posto de trabalho vago do que um posto compartilhado entre duas unidades. Ela também destacou que a Escola nunca suspendeu a movimentação de um trabalhador para se aguardar uma política de movimentação e que fazer isso é a mesma coisa que negar a movimentação. E que, nesse caso, todas as movimentações estariam vetadas até que fosse definida uma política institucional.

A coordenadora do Labgestão disse que não estavam recusando a saída do trabalhador, mas apenas adiando a decisão. Disse ainda que concordava com a coordenadora do Lires de não tomar a decisão sobre a divisão de carga horária sem consultar o servidor.

A coordenadora do Lires disse que a movimentação do servidor estava sendo condicionada, sem regras institucionais em vigor, e que não se sentia à vontade para decidir sem conversar com o trabalhador.

O coordenador do Labman disse que concordava com as falas anteriores de que estava sendo criada uma nova regra, sem que ela tivesse sido discutida antes, e que não se sentia confortável para votar na proposta de divisão de carga horária.

A coordenadora do Lic-Provoc sugeriu que a pauta fosse suspensa para que a proposta de compartilhamento de carga horária fosse discutida nos laboratórios. Depois disso, o tema voltaria ao CD EPSJV para a deliberação.

A Direção propôs que o CD EPSJV deliberasse, primeiramente, se manteria ou suspenderia o ponto de pauta. O resultado da votação foi o seguinte:

Manter a pauta – Lavsa, Labman, Latec, Laborat, Lires, Lateps e Direção (7 votos)

Retirar a pauta – Lic-Provoc e Labgestão (2 votos)

Abstenção –Labform (1 voto)

Em seguida, o CD EPSJV deliberou sobre a movimentação de Márcio Sacramento da EPSJV para o ICICT, com o seguinte resultado:

Saída integral – Lateps, Laborat, Lires, Lavsa, Labman, Latec, Lic-Provoc, Labgestão (8 votos)

Continuidade integral – nenhum voto

Compartilhamento da carga horária – Labform e Direção (2 votos)

A Direção ressaltou que a questão da movimentação de trabalhadores vai continuar a ser discutida na Escola.

Processo licitatório das atividades de gestão

O vice-diretor de Gestão informou que o pregão para a escolha da empresa de terceirização dos trabalhadores de gestão da EPSJV estava em andamento desde maio de 2020 e que, por causa da pandemia, o processo estava mais lento. Além disso, estavam sendo enfrentadas dificuldades no processo porque muitas das empresas participantes da licitação não estavam cumprindo as regras do edital, o que provocou a desclassificação de muitas empresas. Ele ressaltou que todo o processo estava sendo acompanhado pela Procuradoria da Fiocruz.

Como o contrato com a IPPP terminava no dia 15 de agosto de 2020 e não havia perspectiva de o pregão terminar antes disso, foi preciso fazer a contratação emergencial de uma empresa para fazer a terceirização dos trabalhadores de gestão, temporariamente, até que a licitação fosse concluída, resguardando o emprego de todos os trabalhadores que já estavam vinculados à IPPP.

Após a análise das propostas das empresas que participaram da contratação emergencial, a IPPP saiu vencedora. Com isso, foi feito um novo contrato com a IPPP, em caráter emergencial, mas mantendo o vínculo empregatício dos trabalhadores, tendo em vista que a empresa é a mesma, por isso, não houve o pagamento de indenizações aos trabalhadores.

O vice-diretor de Gestão esclareceu ainda que, apesar de a empresa ser a mesma, o contrato é novo, pois o anterior foi encerrado no dia 15 de agosto de 2020, por isso, possui novas regras em relação ao plano de saúde, plano odontológico e vale-alimentação, definidas pela IPPP e sobre as quais a EPSJV não pode interferir, conforme informes enviados aos trabalhadores por meio do Politec-L.

Para esclarecer novas dúvidas dos trabalhadores sobre o pregão, a Direção vai realizar uma reunião virtual, no dia 28 de agosto.

O vice-diretor de Gestão informou ainda que gostaria que o CD EPSJV tomasse ciência de que chegaram à Direção boatos sobre a idoneidade dos profissionais envolvidos no processo de licitação. Ele afirmou que essa é uma acusação muito grave, sem nenhum fundamento e que desrespeita os profissionais envolvidos. Ele esclareceu que todo o processo licitatório é transparente e pode ser acompanhado por qualquer pessoa no Portal Compras Net.

A Direção ressaltou que a instituição já sofre muitos ataques externos e que é o momento de todos cuidarem uns dos outros e evitar mal-entendidos.

Contribuições ao regimento da Comissão Interna de Saúde da Trabalhadora e do Trabalhador (CISTT)

A coordenadora do Labgestão e integrante do Grupo de Trabalho que elaborou o regimento da CISTT fez uma apresentação sobre a proposta de encaminhamento do GT, após o recebimento das contribuições dos laboratórios e setores.

Ela relatou que o GT fez duas oficinas para analisar as contribuições recebidas e destacou que a maioria das sugestões veio dos laboratórios, o que, para o GT, demonstra o silenciamento de alguns grupos de trabalho. A proposta do GT é que o novo documento, com as contribuições incluídas, seja enviado novamente para toda a Escola para que os trabalhadores possam discutir novamente o texto com as alterações propostas e que, depois, seja realizada uma reunião extraordinária do CD EPSJV para fechar o texto final do regimento. Ela ressaltou que as novas contribuições deveriam ser levadas diretamente ao CD, pois não haveria uma nova sistematização pelo GT antes da reunião extraordinária.

Ela disse ainda que, se os laboratórios e setores estiverem de acordo, o GT pode se constituir como uma CISTT temporária e emergencial até que seja feita uma eleição presencial ou virtual, de acordo com a definição do CD EPSJV.

A coordenadora do Lic-Provoc disse que considerava importante que os laboratórios pudessem discutir sobre as novas contribuições e parabenizou o trabalho do GT.

A coordenadora do Laborat disse que apoiava o encaminhamento proposto pelo GT e que considerava importante que o documento chegasse aos setores que não são laboratórios. Ela sugeriu que fossem realizadas reuniões abertas, antes do CD extraordinário, para discutir o regimento da CISTT, e também que todos os membros do GT participem do CD extraordinário.

A Direção informou que o CD EPSJV extraordinário, para discutir o regimento da CISTT, será realizado no dia 17 de setembro. No dia 24 de setembro, será realizada a reunião ordinária do CD EPSJV.

O coordenador do Lavsa sugeriu que fosse pauta da próxima reunião ordinária do CD EPSJV a análise do contexto político atual, pois ele considera que essa questão tem relação próxima com os processos de trabalho e de saúde do trabalhador.

INFORMES

Retomada do trabalho presencial

A Direção informou que alguns grupos de trabalho da escola estão retomando as atividades presenciais e que estão sendo tomadas todas as medidas para a reorganização da Escola dentro das normas de biossegurança. Como uma das ações para o planejamento do retorno, será feito um levantamento entre todos os trabalhadores para verificar quais deles fazem parte do grupo de risco para a Covid-19. Os resultados do levantamento serão utilizados pela Direção para o planejamento da retomada das atividades presenciais.

PNIIS

A coordenadora do Lires informou que o Ministério da Saúde colocou em consulta pública, no início de agosto, a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). A equipe do Lires tem críticas ao processo de consulta estabelecido pelo MS e se articulou com outros trabalhadores da Escola e da Fiocruz para solicitar a suspensão da consulta, o que foi feito por meio de um ofício da Vice-

presidência de Educação e Informação. A consulta não foi suspensa, mas foi prorrogada pelo MS até o dia 31 de agosto.

Na EPSJV, foi realizada uma Subcâmara de Comunicação para discutir o assunto e definir os encaminhamentos para o envio de contribuições da Escola Politécnica para a consulta pública.

Cooperação Internacional

Encontro Internacional

O grupo de instituições brasileiras que participou do Encontro Internacional "Covid-19: academia e sociedade" fez uma reunião de avaliação do evento e recebeu um convite para que o Brasil assumisse a secretaria executiva da Rede internacional da pandemia y la salud colectiva. O grupo brasileiro, então, solicitou que fosse realizada uma avaliação do encontro e foi informado que o grupo organizador está terminando a sistematização do seminário e irá convocar uma reunião para avaliação e definição de uma agenda de encaminhamentos das ações da Rede.

RETS-CPLP

A CCI foi informada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) que eles irão oferecer dez salas virtuais para que escolas técnicas dos Países Africanos de Língua Portuguesa (Palops) pudessem realizar suas atividades. O objetivo é facilitar o trabalho a distância das instituições no período de pandemia. No dia 1º de setembro, será realizada reunião com as instituições interessadas para avaliar a viabilidade com cada uma delas.

Seminário

A RETS participou, no dia 30 de julho, do Seminário "La Vacuna y los Medicamentos para la COVID-19 como Bienes Públicos Globales", organizado pelo Centro de Relações Internacionais (CRIS) da Fiocruz, em parceria com a Rede de Escolas de Saúde Pública.

Colóquio

A EPSJV participou, nos dias 13 e 20 de agosto, do I Colóquio Latinoamericano de Educação Interprofissional e Educação de Técnicos em Saúde, organizado pela Opas e que teve a participação cerca de 400 pessoas. Foram feitas exposições sobre a incorporação dos técnicos em saúde em processos de EIP da Argentina, Brasil, Colômbia, e República Dominicana. Houve também a apresentação de 13 trabalhos da Argentina, Brasil e Colômbia. Pela EPSJV, participaram Helifrancis Condé (CCI) como organizador do evento e moderador de um painel no dia 13 de agosto; e Letícia Batista (Labgestão) na Comissão científica e na coordenação da sessão de trabalhos do dia 20 de agosto.

Evento

A CCI está organizando, para o dia 30 de setembro, o Seminário Internacional Desafios e Perspectivas das Instituições de Ensino de Técnicos em Tempos de Pandemia de Covid-19. Serão convidados representantes da Argentina, de Portugal e da África, além da EPSJV.

Centro Colaborador

A EPSJV foi informada pela Opas que, enquanto a Escola não receber a carta de redesignação como Centro Colaborador da OMS para a Educação de Técnicos em Saúde, o prazo da designação anterior se estende. Quando a redesignação ocorrer, ela será retroativa à data de encerramento da designação anterior, ocorrida em 2016.

Reunião

No dia 24 de agosto, foi realizada a primeira reunião dos cinco Centros Colaboradores OPAS/OMS da Fiocruz, convocada pelo CRIS. O objetivo do encontro foi a troca de experiências sobre os processos de designação e elaboração de relatórios e discutir a participação da Fiocruz na reunião da Rede de Centros Colaboradores do Brasil, que ocorrerá no dia 28 de agosto.

Livro

O CRIS está organizando o livro "Diplomacia da saúde e Covid-19: Reflexões a meio do caminho", que vai reunir as ações internacionais da Fiocruz em tempos de pandemia. A RETS participou de um capítulo, no qual são relatadas as ações das Redes Estruturantes da Fiocruz.

Relações Internacionais

O CRIS vai realizar, até dezembro de 2020, oito encontros dos 'Seminários Avançados José Roberto Ferreira em Relações Internacionais e Diplomacia da Saúde'.

Cooperação técnica

A Agência Presidencial para Cooperação da Colômbia, o Ministério de Ciência e Tecnologia da Colômbia e o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) abriram a possibilidade de financiamento de projetos pelo Comitê Binacional de Ciência e Tecnologia, nas áreas de Saúde, Educação, Tecnologias 4.0, Biodiversidade e Agroindústria. Essas instituições solicitaram que a EPSJV indique as áreas em que tem interesse em ofertar ou receber projetos. O coordenador da CCI informou que a equipe da Cooperação Internacional está à disposição de todos os grupos de trabalho da Escola para conversar sobre as possibilidades de cooperação.

Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos

A coordenadora do Lateps informou que o colegiado do laboratório fez breve uma avaliação da versão atualizada do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e que foi constatado que, exceto no caso do Curso Técnico de Agente Comunitário de Saúde, todas as outras formações admitem até 50% da carga horária em Educação a Distância (EAD). Ela lembrou que o Conselho Nacional de Saúde (CNS) indica que a EAD não deve ser usada na educação profissional em saúde.

Ela sugeriu que a EPSJV mantenha a articulação com as ETSUS, como foi feito durante as discussões de atualização do Catálogo, e também com outras instituições para defender a posição contrária à EAD na educação profissional em saúde e manter a discussão sobre o tema em pauta, levando-se em consideração que o Catálogo passa por atualizações periódicas.

CD Fiocruz

Solidariedade

O CD Fiocruz discutiu amplamente o que ocorreu com o pesquisador Guilherme Franco Netto e o processo de defesa e solidariedade aos trabalhadores da instituição, devido ao processo de criminalização das questões públicas.

Orçamento

A Presidência da Fiocruz avalia que a perspectiva é de mais austeridade orçamentária daqui em diante e que as emendas parlamentares são possibilidades de se manter o orçamento da Fiocruz. A Direção informou que, antes da pandemia, havia a proposta de realização de uma oficina sobre essa questão, mas que ainda não foi realizada.

Doações

Foram apresentadas ao CD Fiocruz todas as doações que a Fundação recebeu nesse período da pandemia. Todas as doações estão discriminadas no Portal Unidos contra a Covid-19, que mostra todos os valores recebidos e em que foram aplicados.

Vacina

O CD Fiocruz tem discutido amplamente todos os aspectos relacionados à questão da vacina e foram criadas uma Comissão do CD Fiocruz e um Conselho Científico para acompanhar todo esse processo.

Testagem

Desde março, a Fiocruz já processou 440 mil amostras de testes para o diagnóstico da Covid-19, o que corresponde a quase 30% dos testes realizados no Brasil.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Ana Lúcia Soutto Mayor (Lic-Provoc)
Anakeila Stauffer (Direção)
Anamaria Corbo (Direção)
André Dantas (Labform)
Bianca Leandro (Lires)
Camila Borges (Laborat)
Carlos Maurício (VDEI)
Etelcia Molinaro (Latec)
Grasiele Nespoli (convidada)
Helifrancis Condé (CCI)
José Orbílio (VDGDI)
Marise Ramos (Lateps)
Monica vieira (convidada)
Morgana Eneile (convidada)
Raquel Moratori (Labgestão)
Sergio Oliveira (VDPDT)